

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.453.433 - SP (2019/0047605-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : HOLDON JOSÉ JUACABA - SP076439**  
**AGRAVADO : COMERCIAL & SERVIÇOS JVB S.A**  
**ADVOGADOS : BENCE PAL DEAK - SP095409**  
**DOMINGOS MARCOMINI NETO - SP226409**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. OFENSA AO ART. 493. DO CPC. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo manejado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO em face de decisão que negou admissibilidade ao recurso especial em razão do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

O agravante insurge-se contra a decisão agravada alegando, em síntese, que a aferição de ofensa ao art. 493 do CPC não implica análise de matéria fático-probatória na hipótese. No mérito alega que a perda superveniente de um dos elementos da ação implica a decretação de sua carência.

Requer o conhecimento do agravo para que seja analisado o recurso especial.

Contrarrazões às fls. 221-227 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

O agravante impugnou adequadamente o fundamento da decisão agravada, razão pela qual conheço do agravo e passo ao exame do recurso especial.

Nas razões recursais o recorrente alega violação ao art. 493 do CPC e assevera que o caso não trata de perda de interesse recursal, mas sim de superveniente ausência de condição da ação a ensejar a extinção do processo.

A irresignação não merece conhecimento.

Da análise do acórdão recorrido, verifica-se que o fato superveniente foi devidamente considerado (quitação do ITBI discutido) tendo a Corte *a quo* concluído pela perda de interesse recursal e não pela carência de ação.

Ora, o fato superveniente foi devidamente considerado pelo acórdão recorrido, não havendo que se falar em ofensa ao art. 493 do CPC, de modo que eventual erro na conclusão do acórdão recorrido quanto a ser ou não o caso de carência de ação não decorre de forma direta do referido dispositivo legal, o qual não possui densidade normativa para concluir que, na hipótese, se trata de ausência de interesse recursal ou de carência de ação. Dessa forma, em razão da deficiente fundamentação recursal, não é possível conhecer do recurso, haja vista a incidência da Súmula nº 284 do STF, *in verbis*: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.”*.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

